

## HISTÓRIA INTERNACIONAL

**CHRISTIAN NUENLIST, ANNA LOCHER  
E GARRET MARTIN (EDS.),  
GLOBALIZING DE GAULLE.  
INTERNATIONAL PERSPECTIVES ON  
FRENCH FOREIGN POLICY, 1958-1969**

Plymouth, Lexington Books, 2010, 318 pp.

O principal objectivo deste trabalho é fazer uma reavaliação da política externa do general Charles de Gaulle. Para tal, os editores reuniram um grupo de investigadores que exploraram novos fundos arquivísticos, o que resultou em trabalhos pela primeira vez publicados em inglês (fontes da Argentina, China, Israel, entre outros).

O livro está dividido pelas regiões de actuação da política externa da V República, segundo uma hierarquização dos interesses franceses no sistema internacional: em primeiro lugar, a Europa, com capítulos sobre as relações franco-alemãs, centrais no início da década de 1960, a aproximação franco-soviética, que surpreendeu muitos dos aliados ocidentais, e um outro, da autoria de Piers Ludlow, que se debruça sobre a política europeia de De Gaulle. De seguida,

passa para a dimensão transatlântica, com a análise das complexas relações da França com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha e também da participação francesa na NATO, em particular a sua saída das estruturas da organização em 1966. Os capítulos seguintes focam-se na região asiática: o reconhecimento diplomático francês da República Popular da China, a intervenção norte-americana no Vietname e a tentativa secreta de De Gaulle de negociar a paz na segunda metade da década de 1960. Por fim, é tratado o continente africano e o continente latino-americano, com análises relativas à questão colonial, nomeadamente a independência da Argélia e os conflitos na África Subsariana.

A conclusão tenta confirmar a existência de uma grande estratégia gaulista ao nível da política externa francesa. Segundo Garret Martin, essa grande estratégia assentava na recuperação da França como uma grande potência e na superação da Guerra Fria na Europa, com a constituição de um sistema de segurança continental.

Através da leitura deste livro podemos ter uma visão de contexto da política externa gaulista, um tópico tão interessante quanto

debatido na historiografia internacional. Particularmente interessante é a perspectiva que nos concede em termos de distribuição dos interesses da política externa francesa durante os dez anos de presidência de De Gaulle, que iam desde a Europa, que ocupava claramente uma posição central, até à América Latina e o culto que a personalidade do general aí conquistou.

**PAMELA RADCLIFF, MAKING  
DEMOCRATIC CITIZENS IN SPAIN. CIVIL  
SOCIETY AND THE POPULAR ORIGINS  
OF THE TRANSITION, 1960-1978**

Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2011, 416 pp.

**P**amela Radcliff é uma especialista na Espanha contemporânea, em particular nos temas da transição democrática, género e sociedade civil. A obra que aqui se apresenta debruça-se sobre a constituição de uma sociedade civil na Espanha franquista de meados dos anos 1960, com particular destaque para o papel das mulheres dentro desse movimento associativo. Segundo Radcliff, a sociedade civil terá sido determinante para o tipo de transição democrática experienciada pelo país e que culminou com a aprovação da Constituição em 1978.

Este livro tem na sua base uma longa pesquisa nos arquivos espanhóis. A sua organização espelha os diferentes pontos focados pela historiadora norte-americana: a apreciação teórica de sociedade civil em regimes ditatoriais, a contextualização histórica do movimento associativista espanhol nas décadas de 1940 e 1950, e, por fim, a análise das associações existentes em Espanha a partir de meados da década de 1960 onde é feita uma abordagem mais

detalhada às questões de género e o impacto que tiveram nas próprias associações.

A autora compara dois tipos de associações: por um lado, as associações de família, criadas pelo *Movimiento* franquista, e que estavam divididas por género e «função na sociedade»; por outro lado, as associações de vizinhos, constituídas a partir da Lei de Associações de 1964, que estavam abertas a homens e mulheres. Pelas suas características, estes dois tipos de associações são comparáveis ao nível da sua dispersão no território nacional, mas tornam-se particularmente interessantes por terem origens distintas mas objectivos muito semelhantes. Se, por emanarem do *Movimiento*, as associações de família parecerem menos autónomas, a verdade é que o próprio regime não tinha a capacidade para exercer o desejado controlo vertical, acabando estas organizações por terem um amplo espaço de manobra. O objectivo comum destes dois tipos de associação é o aumento da participação popular nas políticas públicas. Apesar de nem sempre haver uma posição consciente contra o regime, a verdade é que, pelas suas práticas, estas associações fomentaram o desenvolvimento de uma cultura e de uma cidadania democrática. Horizontalmente, nos esforços que eram feitos para estreitar as ligações no seio da associação e da comunidade e, por vezes, na realização de eleições democráticas no seio de cada organização, e verticalmente, ao reforçar os elos da cidadania, comunicando os desejos dos cidadãos ao Estado, nomeadamente através de petições apresentadas. No longo prazo, estes hábitos associativos deram um precioso treino democrático aos cidadãos espanhóis que deles faziam parte.

Segundo a autora, os verdadeiros impactos que estes movimentos associativos tiveram na democratização espanhola apenas podem ser observados com uma análise no longo prazo, daí que Radcliff tenha escolhido um período alargado (1960-1978). Também o impacto que tiveram na Constituição leva a que afirme que foi em 1978 que terminou a transição democrática espanhola, no ponto de vista particular da participação da sociedade civil.

**MARIO DEL PERO, VICTOR GAVÍN,  
FERNANDO GUIRAO E ANTONIO  
VARSORI, DEMOCRAZIE. L'EUROPA  
MERIDIONALE E LA FINE DELLE  
DITTATURE**

Milão, Mondadori Education, 2010, 292 pp.

**E**ste livro compara os processos de transição para a democracia da Grécia (da autoria de António Varsori), de Portugal (Mário del Pero) e de Espanha (Victor Gavín e Fernando Guirao) – os três países do Sul da Europa que iniciaram os seus processos de democratização em meados dos anos 1970. Apesar de este ser um tema frequentemente estudado, tanto na sua dimensão doméstica como externa, o propósito dos quatro autores é comparar os diferentes processos nestes países dando particular atenção à dimensão externa. Para tal, partem do princípio que a Grécia, Portugal e a Espanha tiveram três elementos comuns importantes para a forma e ritmo dos respectivos processos de transição. Todos os países foram integrados no sistema Atlântico Ocidental, quer através da participação na NATO (Portugal e Grécia) ou por acordo bilateral com os Estados Unidos, no caso

da Espanha; os três encontravam-se, à data da transição democrática, em níveis semelhantes de desenvolvimento económico, consideravelmente atrasados relativamente à média da Europa Ocidental; e para todos os países em análise, a Europa representava um importante parceiro comercial e financeiro. Ao que se acrescenta a importância do contexto internacional. Os autores concordam que os factores endógenos foram a principal causa para o fim dos regimes autoritários da Europa do Sul, mas realçam também que os elementos externos foram determinantes para a instauração da democracia, em particular em Portugal e na Grécia, onde a situação doméstica tendeu para a radicalização e para a polarização política. Nestes dois países, segundo os autores, a dimensão externa «determinou a forma e o ritmo da transição».

Este livro consiste em três capítulos abrangentes sobre cada um dos países analisados, baseados todos em fontes primárias e na mais recente bibliografia acerca de cada tópico. Um dos aspectos realçados por esta obra é o facto de que os principais actores da intervenção europeia nestes processos de democratização foram não só os governos europeus, mas especialmente os partidos políticos, quer os social-democratas (liderados pelo Partido Social-Democrata alemão, em particular no caso de Portugal e da Espanha) quer os conservadores franceses, no caso da Grécia. No entanto, também as instituições europeias desempenharam um importante papel, condicionando o desenvolvimento político de cada um destes países. O envolvimento europeu nos processos de democratização da Europa

do Sul representou um importante passo na sua crescente autonomia dentro do bloco ocidental, ao mesmo tempo que permitiu o segundo alargamento e facilitou a assunção da Europa Ocidental como uma comunidade integrada.

**BERND ROTHER (ED.), WILLY BRANDT. NEUE FRAGEN, NEUE ERKENNTNISSE**

Bona, Verlag J. H. W. Dietz, 2011, 335 pp.

**E**sta colecção de textos sobre Willy Brandt é o resultado de uma conferência organizada em Março de 2010 na Fundação Willy Brandt, em Berlim, com o objectivo de reavaliar a política e o papel de Willy Brandt e fazer um balanço da historiografia sobre o chanceler e líder do Partido Social-Democrata alemão (SPD). Mas comecemos pelo fim. A conferência de encerramento deste evento, da autoria de Martin Sabrow, dá o mote a todo o livro: a ligação entre o género biográfico e a história contemporânea, tendo como base o exemplo de Willy Brandt. Na realidade, a biografia de Brandt, pela sua extraordinária participação na vida política da Alemanha do século XX, é inseparável de alguns dos principais momentos da história recente do país, nomeadamente no período em que ocupou alguns dos principais cargos políticos da RFA: foi chanceler entre 1969 e 1974, tinha sido já ministro dos Negócios Estrangeiros desde 1966 e fora, entre 1957-1966, burgomestre de Berlim Ocidental, vivendo directamente os principais momentos de tensão da construção do Muro de Berlim e da divisão da cidade.

O volume está organizado em quatro gran-

des secções. A primeira centra-se na imagem de Willy Brandt, quer durante a sua vida activa, na República Federal e na República Democrática Alemã, quer na memória contemporânea. Segue-se uma secção acerca da política externa e intra-alemã de Brandt, que ficou profundamente marcada por três dimensões: a *Ostpolitik*, a unificação europeia e a *détente*. Em terceiro lugar, uma dimensão menos trabalhada na historiografia internacional, mas que é determinante para a própria Alemanha: a política interna dos governos de Brandt (1969-1974), que ficaram marcados por um aprofundamento da democratização da sociedade alemã, pela modernização da vida política e pelas políticas sociais seguidas pela coligação SPD-Liberais. Por fim, uma secção dedicada à vida de Brandt após a sua demissão do cargo de chanceler, em Maio de 1974, muito adequadamente intitulada «Homem de Estado sem cargo» (*Staatsmann ohne Staatsamt*). Nesta quarta secção é analisado o papel de Willy Brandt na liderança da Internacional Socialista, o seu compromisso com a Comissão Norte-Sul (1977-1983) e o seu papel na unificação alemã e europeia que marcou o final da Guerra Fria.

Tal como se referiu, este volume é mais do que um conjunto de estudos sobre a vida de Willy Brandt, é uma obra colectiva sobre a história da República Federal da Alemanha, com os mais reputados historiadores a apresentarem a mais recente investigação acerca do assunto, fornecendo-nos uma panorâmica dos principais acontecimentos que marcaram não só a RFA mas também a Europa.

■ ANA MÓNICA FONSECA